

RELATÓRIO

Audiência Pública Virtual “Profissionais de Eventos e a Pandemia da Covid-19”

Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara

Data: 31/03/2021

Horário: 10h às 11h55

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Maria Marighella – Vereadora da Câmara Municipal de Salvador

Adriano Malvar – Presidente da Associação dos Profissionais de Eventos (APE)

Luiz Vasconcelos – Presidente da Comissão de Arte, Cultura e Entretenimento da OAB/BA

Geraldo Gentil – Diretor de Gestão do Centro Histórico (Secult Municipal)

Pitti Canella – Assessora do Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult/Ba)

Silvia Russo – Diretora Técnica de Planejamento e Projetos Culturais da Fundação Gregório de Mattos

Viviane Ramos – Assessora de Gestão Estratégica da Fundação Gregório de Mattos

Moacyr Villas Boas – Presidente da Associação Baiana das Produtoras de Eventos (ABAPE)

Israel Mizrach – Representante da Associação dos Empresários, Produtores, Promotores Artísticos e Culturais da Bahia

Dado Brazawile – Coordenador de Mobilização do Sindicato dos Músicos

Abertura

Augusto Vasconcelos

Comentou sobre o objetivo da audiência em discutir os impactos da pandemia no setor de eventos, ouvindo diversos segmentos e apontando caminhos e soluções a fim de minimizar os prejuízos que o setor vem sofrendo nos últimos meses. Pontuou que os prejuízos giram em torno de 270 bilhões de reais devido à pandemia no ano de 2020, promovendo um desemprego de três milhões de pessoas. Afirmou que o segmento representa 13% do PIB nacional, sendo que 60 mil empresas dependem diretamente da realização de eventos para funcionar. Apontou que são dois milhões de

microempresários que sobrevivem do setor e que, de acordo com a última informação nacional formulada pelo Sebrae em 2013, são 48 bilhões em impostos arrecadados, valor este que pode estar subestimado, já que houve crescimento do setor nos últimos anos. Lembrou da aprovação da Lei Aldir Blanc no Congresso Nacional como importante avanço, apesar de suas insuficiências. Ressaltou a aprovação, no Senado Federal, do substitutivo do projeto de lei 5638, que estabelece o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), substitutivo este que retornará à Câmara dos Deputados e que é fruto de uma ampla articulação dos setores ligados aos profissionais de eventos com parlamentares. Relatou a realização de várias reuniões com congressistas a fim de que fosse viabilizada a votação rapidamente desse projeto, mas que ainda será necessário aguardar a apreciação da Câmara sobre as emendas que foram aprovadas para o projeto substitutivo que sai do Senado. Explicou que o projeto prevê o parcelamento de débitos tributários e não tributários em qualquer estágio de cobrança, inclusive para as empresas optantes do Simples Nacional, podendo dividir esses débitos em até 120 parcelas não inferiores a 300 reais. Afirmou ainda que os descontos previstos por esse projeto de lei giram em torno de 70% em multas e juros, e 100% em encargos legais. Disse que, além disso, o PERSE prevê crédito ao setor, ampliação do prazo para o Programa Emergencial de Preservação de Empregos, manutenção do capital de giro das empresas, financiamento de tributos, desoneração fiscal, reduzindo a 0% alíquotas de PIS, Cofins, Pasep e contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que o projeto beneficia vários setores, como congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais. Informou que a Câmara Municipal de Salvador aprovou uma semana antes o projeto SOS cultura, projeto este que, embora possua insuficiências e tenha sofrido apresentação de algumas emendas por parte da Oposição para ampliar o público-alvo e o valor das parcelas a serem pagas, não pode deixar de ser considerado um importante avanço. Finalizou dizendo que o setor de eventos foi o primeiro setor a parar e será, provavelmente, um dos últimos a voltar e que foi pensando nisso e tendo escutado diversos segmentos que a Ouvidoria da Câmara Municipal resolveu realizar esta audiência para dar voz ao setor.

Considerações da Mesa

Adriano Malvar

Explicou que a APE não surgiu na pandemia, mas sim em 2012, quando um grupo de produtores resolveu se unir em busca do reconhecimento da profissão de produtor cultural, reconhecimento

este conquistado em 2015. Afirmou que se trata de uma das poucas associações que defendem o profissional e que estão deficientes de uma associação que represente os profissionais que prestam serviços para as empresas de eventos. Deixou um apelo em busca do reconhecimento profissional, regularização e regulamentação da profissão 'profissional de eventos'. Ressaltou que necessitam de celeridade nas conquistas e do levantamento dos profissionais, para dar a devida atenção a eles. Lembrou que esses profissionais estão passando fome e necessidades básicas e precisam trabalhar o ano inteiro, não só no São Joao e carnaval. Lembrou que é preciso explorar os espaços públicos o ano inteiro.

Maocy Vilas Boas

Desmistificou o termo empresário, pois parece estar num local de privilégios. Afirmou que pouco se discute sobre os empreendedores e empresas, que comandam um negócio de alto risco. Pediu que as atenções sejam também voltadas para as empresas, não apenas para os profissionais. Afirmou que as micro e pequenas empresas estão fechando. Lembrou que empreender no Brasil é um desafio. Falou que o setor está praticamente morto em meio à pandemia. Fez um apelo ao Ministério Público para que encontrem formas para o setor voltar a atuar. Pediu a extensão do auxílio emergencial também para pessoa jurídica. Sugeriu a utilização do Fundo de Cultura do Estado e Município para socorrer as empresas; o lançamento de editais com recursos próprios do Estado e Município para fomentar a realização de lives; a isenção de IPTU e DFF para os exercícios de 2021 e 2022; a isenção do ISS para eventos com até cinco mil pessoas ou que ocorram em espaços culturais do Estado ou Prefeitura; a disponibilização de linha de crédito que atenda à atual situação do setor, com menos exigências burocráticas e com carência e juros condizentes com a realidade do setor; e a alteração das leis de incentivos estaduais e municipais para 100% de isenção fiscal conforme já acontece em outros estados e municípios. Finalizou dizendo que nenhuma empresa está preparada para ficar um ano sem faturamento e que os micro e pequenos empresários do setor já estão em situação tao critica quanto os seus funcionários.

Geraldo Gentil

Afirmou que desde o início da pandemia estão dialogando com todos os coletivos de eventos e empresários para buscar alternativas de ajuda para o setor. Disse que foi feita, no ano passado, uma lista extensa beneficiando, através de cestas básicas, grande parte do coletivo da ponta. Ressaltou que estão sempre buscando alternativas e projetos para levar benefícios através de lives, mas sempre esbarrando em algum problema, como as questões de Ministério Público e da verba voltada

para a Covid. Falou que o projeto de lei SOS Cultura vai beneficiar em torno de 7 mil pessoas do setor de eventos. Afirmou que foram feitas listas dos coletivos e associações que em breve estarão disponíveis a todos os beneficiários. Disse que a Secult esteve sempre aberta a buscar soluções para a categoria. Finalizou comentando sobre o avanço da aprovação do projeto SOS Cultura com a disponibilização de quase 7 milhões de reais que serão destinados ao pessoal da ponta do setor de eventos.

Israel Mizrach

Afirmou que o segmento de eventos demorou muito para se organizar. Sugeriu que, nesse momento, é importante olhar o todo e não o lado individual. Afirmou que a classe empresarial sempre é mal vista, mas que foi a iniciativa privada que criou e que movia o carnaval. Explicou que hoje o carnaval é bancado pelo poder público com o patrocínio das cervejarias e que se fragilizou com isso. Afirmou que cerca de 60% das empresas que faziam esse mercado girar estão procurando outras opções. Finalizou dizendo que se a classe empresarial, que é quem move o mercado e pode recontratar pessoas, não for vista, o desemprego na ponta final vai continuar mesmo após a pandemia.

Pitti Canella

Afirmou que todos querem o mesmo objetivo, exercer o direito à cultura, o direito de ter a arte como bem precioso da nossa economia. Afirmou que já se provou que a indústria criativa emprega muito mais que algumas tradicionais fábricas da indústria tradicional. Falou da importância da elaboração do cadastro para saber quem somos e quantos somos, para quem pagar o auxílio emergencial do inciso I. Finalizou dizendo que se encontram em nova fase do cadastro mais relacionada à área do entretenimento.

Dado Brazawile

Afirmou que a cadeia produtiva cultural está parada e que é preciso que governo e prefeitura olhem os artistas que estão paralisados, sem poder trabalhar. Explicou que existem profissionais passando fome, ameaçados a serem presos por não poder pagar pensão, assim como empresários com estúdios sem pagar aluguel, água, luz e que não vão voltar após a pandemia. É uma questão de emergência. Sugeriu que os governantes facilitem a realização de shows e apresentações por meio de lives, pagando cachê ao artista e este repassando o pagamento para seus músicos.

Silvia Russo

Afirmou que a Fundação Gregório de Mattos está muito sensível à causa e situação dos artistas. Explicou que há limitações que o poder público sofre com as leis de responsabilidade fiscal para executar determinadas medidas, o que impede a celeridade que o momento exige. Afirmou que a Fundação recebeu, tratou e tramitou as diversas sugestões enviadas pelo setor desde o início da pandemia, além de enfrentar as tratativas da Aldir Blanc, lei nova com vários problemas para serem resolvidos até que fosse implementada. Disse ainda que a Fundação assumiu a execução dos incisos II e III da lei, lançou vários editais e o mapa cultural para as empresas e espaços culturais, lançou um cadastro para a Aldir Blanc e outro para agentes culturais, que será aproveitado para o SOS Cultura, já tendo sido enviado para a SEMPRE pra fazer o pagamento do auxílio. Afirmou que conseguiram receber e executar a tempo os quase 18 milhões da lei Aldir Blanc, tendo sido um grande desafio para a Fundação este feito. Ressaltou que a Fundação disponibiliza hoje todos os seus espaços culturais para a realização das lives necessárias para a execução dos editais, com os devidos protocolos sanitários exigidos no momento. Afirmou que reformularam todos os editais e objetos, a fim de não se perderem com esse novo cenário de pandemia e que reabriram alguns editais, como o samba junino. Finalizou dizendo que a Fundação está trabalhando a todo vapor, dando suporte à prefeitura e realizando reuniões quinzenais com o Conselho de Cultura para fazer a escuta, buscando sempre adequar as demandas às possibilidades da Fundação.

Luiz Vasconcelos

Reafirmou a importância que o setor de cultura e entretenimento possui. Sugeriu que os representantes de entidades presentes na audiência observem que no âmbito federal já existe um protocolo de retomada dos eventos. Comprometeu-se a disponibilizar o documento. Afirmou que neste estão presentes diversos dados referentes ao setor. Citou alguns: são 60 mil empresas com quase dois milhões de empregos realizados direta e indiretamente, chegando a envolver cerca de 210 bilhões de reais e com uma arrecadação de impostos que movimenta 48 bilhões de reais. Sugeriu que fosse colocado em pauta a questão da prorrogação da lei, que está vigente até 31 de dezembro de 2020. Finalizou enfatizando a importância de amparar também os empresários do setor, sugerindo a redução ou isenção tributária para esta categoria.

Cajá

Afirmou que o carnaval é a principal ferramenta, a força motriz da economia criativa do estado, ao mover 8 bilhões de reais. Disse que as entidades carnavalescas foram impactadas pela carga tributária, pois apesar de terem um regime de tributação especial, toda a legislação está sendo aplicada mesmo em um ano sem carnaval. Afirmou que o Coletivo Cultural Baiano tem se reunido para discutir um benefício que garanta a subsistência dos profissionais, que estão passando por vulnerabilidade extrema com tendências ao suicídio. Afirmou que tomaram iniciativas de sugerir o retorno ao trabalho de forma remota, como o carnaval virtual, mas que esbarraram na burocracia de contingenciamento de recursos para a pandemia imposto pelo MP. Questionou se segurança alimentar, vulnerabilidade social e risco de marginalização não seriam também prioridade.

Jorge Mancha

Falou de sua profissão, centenária, antes chamada de contra regras. Pediu a oferta de curso municipal para qualificação de roadie. Relatou que muitos destes profissionais são contratados como prestadores de serviço, precisam ser MEI e poucos têm carteira assinada. Finalizou dizendo que foi preciso uma crise sanitária para enxergarem essa profissão.

Diego - Produtor da cidade de Cipó

Relatou que muitos músicos de Cipó estão passando dificuldades. Afirmou que há o cadastro, mas que ainda não tiveram resposta do governo do que será feito com os profissionais do interior da Bahia.

Augusto Vasconcelos

Registrou que Geraldo Gentil, da Secretaria Municipal de Cultura, disse que será feito um anúncio, por parte da Prefeitura, de um pacote de benefícios para a área dos empreendedores do setor de eventos, inclusive em relação ao pagamento de determinadas taxas e outras questões debatidas na audiência.

Cinara Cardoso – Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos regional Bahia

Ressaltou que o setor de eventos é enorme, são 52 atividades econômicas que compõem a chamada indústria dos eventos, que é maior que a indústria automobilística e farmacêutica hoje no país. Lembrou que geralmente se associa o setor de eventos quase exclusivamente à cultura e ao entretenimento, mas que existe uma série de outros segmentos que estão invisíveis, como os eventos esportivos, corporativos, técnico-científicos e eventos sociais, que estão à margem das discussões. Fez um apelo para que, ao discutir questões relacionadas ao setor de eventos, toda sua dimensão e universo seja analisada.

Maria Marighella

Relatou que após assumir seu mandato encaminhou uma série de projetos de indicação e realizou reuniões com o secretário Fábio Motta. Afirmou que dois projetos foram apresentados de forma antecipada, um para execução imediata dos recursos em LOA para o carnaval e o outro de retomada da atividade cultural, com medidas relacionadas à questão tributária, a um auxílio e a um fomento específico. Disse que o secretário foi receptivo e afirmou que encaminharia ao Prefeito tais sugestões. Afirmou que o projeto SOS Cultura não foi debatido na Câmara e foi aprovado a toque de caixa, o que tira a qualidade e inteligência do projeto.

Considerações finais

Augusto Vasconcelos

Agradeceu a participação de todos e dos técnicos da Câmara e da Ouvidoria. Comentou a importância da participação dos representantes dos órgãos municipais e todas as entidades presentes.

Sistematização dos encaminhamentos:

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;

- Anúncio, por parte da Prefeitura, de um pacote de benefícios para a área dos empreendedores do setor de eventos, inclusive em relação ao pagamento de taxas e outras questões debatidas na audiência.

Salvador, 5 de abril de 2020.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065